



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS**

LEI Nº 59/96

DE 28 DE JUNHO DE 1996.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 1997 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam estabelecidas, para o exercício financeiro de 1997, conforme disposições contidas nesta Lei as diretrizes orçamentárias do Município, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da administração municipal;
- II - a organização e estrutura do orçamento;
- III - as diretrizes específicas para o Poder Legislativo;
- IV - as diretrizes gerais para elaboração do Orçamento do Município e suas alterações;
- V - as diretrizes dos orçamentos fiscal e da seguridade social;
- VI - as diretrizes do orçamento de investimentos;
- VII - as disposições relativas as despesas do Município com pessoal e encargos sociais;



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS**

- VIII- as disposições sobre alterações na legislação tributária;
- IX - as disposições de caráter supletivo sobre execução dos orçamentos;
- X - as disposições finais.

**CAPÍTULO I**  
**DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

Art. 2º - Constituem prioridades da administração municipal:

- I - educação e saúde, com ênfase para:
- a - educação fundamental;
  - b - melhoria do atendimento à área de saúde e ações preventivas;
  - c - proteção à criança e ao adolescente;
  - d - assistência alimentar e nutricional;
  - e - saneamento;
- II - habitação popular;
- III - recuperação e consolidação da infra-estrutura urbana;
- IV - outros objetivos e metas.

Art. 3º - As prioridades definidas no artigo anterior terão precedência na alocação dos recursos de 1997, observadas as metas destacadas nos Anexos I e II desta Lei.

**CAPÍTULO II**  
**DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DO ORÇAMENTO**

Art. 4º - O projeto de lei a ser encaminhado ao Poder Legislativo, compreenderá:

- I - os orçamentos fiscais referentes aos poderes



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

## CÂMARA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS

do Município, seus fundos e órgãos da administração direta e indireta, que discriminarão as despesas por poder, por unidade orçamentária, por órgãos da administração indireta e por seus fundos, segundo exigência da Lei nº 4.320/64;

II - os orçamentos de investimentos das empresas que, direta ou indiretamente, o Município detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - os orçamentos da seguridade social, abrangendo os órgãos da administração direta, indireta e fundos de natureza social, que discriminarão as despesas por órgão, por unidade orçamentária e por fundo, segundo exigências da Lei nº 4.320/64.

**Parágrafo único** - Integrarão os anexos a que se refere este artigo, além dos componentes referenciados no artigo 2º, § 1º, inciso I a III e parágrafo único do art. 22 da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964 e no art. 6º desta Lei, os seguintes demonstrativos:

I - quadro indicativo da legislação que norteia a arrecadação da receita;

II - demonstrativo que evidencie a programação no orçamento fiscal, dos recursos destinados a manutenção e ao desenvolvimento do ensino, de forma a caracterizar o cumprimento do disposto no artigo 191 da Lei Orgânica do Município.

**Art. 5º** - Para efeito do disposto no art. 4º desta Lei, o Poder Legislativo, encaminhará ao Executivo sua proposta orçamentária para fins de consolidação, até o final do mês de julho do corrente ano.

**Art. 6º** - Os orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminarão a despesa por unidade orçamentária, segundo a classificação funcional - programática, expressa por categoria de programação identificada por projetos e atividades e por categoria econômica, observada a seguinte classificação:

- I - Pessoal e Encargos Sociais;
- II - Juros e Encargos da Dívida;



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

## CÂMARA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS

- III - Outras Despesas Correntes;
- IV - Investimentos;
- V - Inversões Financeiras;
- VI - Amortização da Dívida;
- VII - Outras Despesas de Capital.

Art. 7º - O enquadramento dos projetos e atividades na classificação funcional-programática deverá observar os objetivos específicos de cada aplicação independente da unidade orçamentária a que estiverem vinculados.

Art. 8º - As despesas e as receitas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, bem como do conjunto dos dois orçamentos, serão apresentados de forma sintética e agregada, evidenciando o déficit ou o superávit corrente e o total de cada um dos orçamentos.

Art. 9º - A Lei Orçamentária conterá dispositivos autorizando o Executivo:

I - a promover a correção trimestral dos valores contidos no orçamento do Município para 1997, caso ocorra inflação, o que será apurado mensalmente, através de índice específico fixado pelo Governo Federal, objetivando preservar os programas de trabalho dos efeitos inflacionários no período;

II - a abrir créditos suplementares até o limite nela especificado;

III - a realizar operações de créditos por antecipação da receita, conforme permissão contida no § 8º do artigo 165 e dentro dos limites estabelecidos no inciso III, do art. 167, ambos da Constituição Federal;

IV - a promover a concessão de auxílios e subvenções à entidades públicas e privadas, mediante convênio, na forma do artigo 17 desta Lei;

V - a assinar convênios de mútua colaboração com



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

## CÂMARA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS

Órgãos e entidades da administração federal, estadual e com outros municípios, no interesse e conveniência deste Município.

Art. 10 - A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual, conterá:

I - resumo da política econômica e social do Município;

II - demonstrativo da estimativa da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social, incluindo as premissas básicas de comportamento dos principais itens da arrecadação prevista;

III - demonstrativo das dívidas assumidas pelo Município bem como cronograma de sua amortização;

IV - demonstrativo da necessidade de financiamentos para investimentos em obras e serviços que busquem assegurar o desenvolvimento sócio-econômico do Município;

V - demonstrativo das estimativas de gastos com pessoal e encargos sociais para o exercício de 1997, explicitando o método de cálculo utilizado.

### CAPÍTULO III

#### DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA O PODER LEGISLATIVO

Art. 11 - A semelhança do que se contém no art. 56 da Constituição Estadual, e por inexistência de disposições análogas na Lei Orgânica do Município, fica estipulado o limite de 10% (dez por cento) da receita corrente do Município, para elaboração da proposta do Poder Legislativo Municipal.

Parágrafo Único - No transcurso da execução orçamentária do exercício de 1997, o percentual de que trata o "caput" deste artigo, será repassado com base na Receita Corrente efetivamente arrecadada, tendo como base de cálculo a receita do mês anterior.

X



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

## CÂMARA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS

### CAPÍTULO IV

#### DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 12 - Na programação da despesa serão observadas as seguintes restituições de ordem geral:

I - não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as Unidades Orçamentárias;

II - não poderão ser incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de uma Unidade Orçamentária;

III - não poderão ser incluídas despesas a título de Investimentos em Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública, na forma do art. 167, § 3º da Constituição Federal;

IV - é vedada a vinculação da receita de impostos à órgão, fundos ou despesas, nos termos do inciso IV do art. 167 da Constituição Federal;

V - as despesas de custeio não poderão ter aumento superior à variação do índice oficial de inflação em relação à despesa estimada para 1996, salvo no caso de comprovada insuficiência decorrente de expansão patrimonial, incremento físico de serviços prestados à comunidade ou de novas atribuições recebidas no exercício de 1996 ou no decorrer de 1997.

Art. 13 - A Lei Orçamentária para 1997, destinará para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos na forma prevista no art. 191 da Lei Orgânica do Município, preservados os percentuais destinados a educação pré-escolar e ao ensino fundamental voltado aos portadores de necessidades educativas especiais.

Art. 14 - A receita e a despesa serão orçadas a

+



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

## CÂMARA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS

preços de julho de 1996 e projetadas com base no comportamento da receita, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

Art. 15 - Não poderão ser destinados recursos para atender despesas com:

I - aquisição de imóveis, início de obras de construção ou ampliação, novas locações ou arrendamentos de imóveis, para a administração pública municipal, ressalvados os relacionados com as prioridades estabelecidas nos Anexos I e II desta Lei;

II - aquisição de mobiliários e equipamentos, ressalvadas as relativas à reposição de bens que forem necessários para instituição e manutenção dos fundos e as relacionadas com as prioridades estabelecidas dos Anexos I e II desta Lei;

III - pagamento, a qualquer título, a servidor da Administração Direta ou Indireta por serviços de consultoria ou assistência técnica pelo órgão ou entidade a que pertence o servidor ou aquele em que estiver eventualmente lotado.

Art. 16 - É obrigatória a destinação de recursos para compor a contrapartida de empréstimos e para pagamento da amortização, juros e outros encargos, observados os cronogramas financeiros das respectivas operações.

Parágrafo único - Somente serão incluídos no projeto de lei orçamentária dotações relativas às operações de créditos contratados e aprovadas.

Art. 17 - É vedada a inclusão na Lei Orçamentária, bem como em suas alterações, de dotação orçamentária para entidades e associações de qualquer gênero, exceção feita às creches, escolas para atendimento pré-escolar, associações e entidades sem fins lucrativos de caráter assistencial, filantrópico e de desporto amador, observando-se, ainda, as disposições contidas no artigo 19 da Constituição Federal.

A



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

## CÂMARA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS

Parágrafo único - A concessão de subvenções só se darão à entidades previamente cadastradas na Prefeitura e desde que não estejam inadimplentes com o poder público, com relação à prestação de contas de recursos anteriormente recebidos.

### CAPÍTULO V

#### DAS DIRETRIZES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 18 - Os recursos ordinários do Município, somente poderão ser programados para atender despesas de capital, após atendidas despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida e outras despesas de custeio administrativo e operacional, precatórios judiciais, bem como a contrapartida de convênio e de programas financiados e aprovados por lei específica.

Parágrafo Único - Na fixação da programação da despesa deverão ser observadas as prioridades constantes dos Anexos I e II desta Lei.

Art. 19 - O Orçamento de Seguridade Social, obedecerá ao definido nos artigos 173, 181 e 185 da Constituição Estadual e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

I - das contribuições sociais a que se refere o § 1º, do artigo 181, da Constituição Estadual;

II - das Receitas Próprias dos órgãos, entidades e fundos que integram o orçamento de que trata este artigo;

III - de transferências de recursos do Município, sob forma de contribuições;

IV - de convênios ou transferências de recursos do Estado e/ou da União.

Art. 20 - A proposta orçamentária da seguridade social, será elaborada pelas Unidades Orçamentárias, respeitando as prioridades definidas no Anexo II desta Lei, às quais competi-

h





ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

## CÂMARA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS

rã também acompanhar o avaliar a respectiva execução orçamentária e execução física dos projetos.

### CAPÍTULO VI DAS DIRETRIZES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS

Art. 21 - Na programação de investimentos serão observadas as prioridades constantes dos Anexos I e II desta Lei.

§ 1º - Os investimentos em fase de execução terão preferência sobre novos projetos.

§ 2º - Não poderão ser programados novos projetos:

I - à custa de anulação de projetos de investimentos em andamento, desde que tenham sido, fisicamente, executados, pelo menos 10% (dez por cento) do mesmo;

II - se não tiverem sido contemplados todos os projetos em andamento no âmbito de cada Unidade Orçamentária, entendidos assim, aqueles cuja execução financeira até o exercício de 1996, atualizada monetariamente, ultrapasse 20% (vinte por cento) do seu custo total estimado;

III - sem prévia comprovação de sua viabilidade técnica, econômica e financeira.

Art. 22 - O projeto de lei orçamentária anual será acompanhado por demonstrativo contendo informações sintéticas relativas aos projetos em andamento, de modo a permitir a avaliação do cumprimento do disposto nesse artigo.

### CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS AS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 23 - A despesa com pessoal e encargos sociais do Município, não poderá exceder, no exercício de 1997 ao limite estabelecido no art. 38 do Ato das Disposições Constitucionais

+



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

**CÂMARA MUNICIPAL DE ALCINOÓPOLIS**

Transitórias.

Art. 24 - As suplementações de dotações orçamentárias para pagamento de pessoal e encargos em 1997, poderão ser feitas independentemente do limite para abertura de créditos adicionais, observadas as exigências contidas no § 1º do art. 43 da Lei 4.320/64.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES  
NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 25 - Ocorrendo alterações na legislação tributária, no decorrer de 1996, posteriores ao encaminhamento do projeto de lei orçamentária ao Legislativo, que impliquem excesso de arrecadação em relação à estimativa de receita constante do referido projeto de lei, os recursos destas serão objeto de crédito adicional.

Art. 26 - A concessão ou ampliação de incentivo, isenção ou benefício, de natureza tributária ou financeira, somente poderá ser aprovada caso indique a estimativa de receita e as despesas, em idêntico valor, que serão anulados, inclusive as transferências e vinculações constitucionais.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES DE CARÁTER SUPLETIVO  
SOBRE EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 27 - Os projetos de lei de créditos adicionais terão como prazo limite para encaminhamento a Câmara Municipal a data de 30 de novembro de 1996, exceção feita aos casos de comprovada necessidade e excepcional interesse público.

Art. 28 - A prestação de contas anual do Município incluirá relatório de execução na forma e com o detalhamento apresentado pela lei orçamentária.

+



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

## CÂMARA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS

Art. 29 - A proposta orçamentária do Município para o ano de 1997, será encaminhada, à Câmara Municipal, pelo Poder Executivo, até quatro meses antes do encerramento do Exercício Financeiro, conforme o Art. 155 do Regime Interno, da Câmara Municipal.

Art. 30 - É vedada a execução de despesas sem a adequada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

### CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31 - As propostas de modificações no projeto de lei orçamentária, a que se refere o parágrafo 3º do artigo 139 da Lei Orgânica do Município, serão apresentadas, no que couber, com a forma, o nível de detalhamento, os demonstrativos e as informações estabelecidas para o orçamento, nesta Lei.

Art. 32 - As Unidades Orçamentárias, encaminharão até o dia 10 de cada mês, a Secretaria Geral, informações relativas aos aspectos quantitativos e qualitativos dos Projetos e Atividades sob sua supervisão.

Art. 33 - A Secretaria Geral, publicará no prazo de até 10 (dez) dias após a publicação da lei orçamentária anual, os Quadros de Detalhamento da Despesa - QDD, por Unidades Orçamentárias, Fundos e Entidades dos orçamentos fiscal e da seguridade social, especificando para cada categoria de programação, a categoria econômica, o grupo de despesa, a modalidade de aplicação e o elemento de despesa.

§ 1º - Os Quadros de Detalhamento da Despesa serão acompanhados por demonstrativos consolidados das despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, de modo a evidenciar:

I - fontes de recursos;

+



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS**

- II - montante de modalidade de aplicação;
- III - montante por elemento de despesa;
- IV - detalhamento da programação relacionada com a manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 2º - Os Quadros de Detalhamento da Despesa serão alterados em virtude de abertura de crédito adicional ou de fato que requeira a adequação às necessidades da execução orçamentária, observados os limites na lei orçamentária anual.

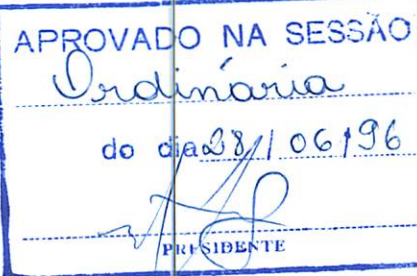
§ 3º - As alterações nos Quadros de Detalhamento da Despesa que se impuserem necessárias, serão autorizadas pelo Prefeito.

Art. 34 - Os acréscimos decorrentes da correção dos valores de que se trata o artigo 9º, inciso I, desta Lei, serão alocados na Quota de Regularização Orçamentária - QRO, ficando condicionada a sua liberação à efetiva comprovação de ingresso na receita.

Art. 35 - O Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo, na abertura da sessão Legislativa, Relatório detalhado sobre a execução orçamentária do Município, contendo a execução dos orçamentos fiscal e de seguridade social, classificados por grupos de despesas e fontes, segundo:

- I - Órgão;
- II - Unidade Orçamentária;
- III - Função;
- IV - Programa;
- V - Subprograma;
- VI - Projeto e Atividade.

4



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS**

Art. 36 - O projeto de Lei Orçamentária, aprovado ou não pela Câmara Municipal, terá que ser encaminhado ao Prefeito para sanção ou veto, até o dia 31 de dezembro de 1996.

Art. 37 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local público.

Alcinópolis-MS, 28 de Junho de 1.996

ALCINO FERNANDES CARNEIRO  
Prefeito Municipal

+



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS**

ANEXO I

PRIORIDADES A SEREM OBSERVADAS NA ELABORAÇÃO DO  
ORÇAMENTO FISCAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1997

I - EDUCAÇÃO:

- a) Elaborar programa de apoio à distribuição de merenda escolar;
- b) Levantar a situação real da Educação no Município, visando obter a demanda de crianças em idade escolar, o número de analfabetos, os índices de evasão e repetência;
- c) Adotar uma política educacional que enseje a participação igualitária de pais, alunos, professores e a comunidade;
- d) Promover a valorização do magistério, através do treinamento de docentes, técnicos e administradores ligados ao ensino médio e fundamental;
- e) Investir na aquisição de material didático e de apoio pedagógico, necessário ao êxito da ação educacional e distribuição de módulos de material escolar;
- f) Dar continuidade a ampliação da rede física, com implantação de novas salas de aula, bem como reformas e reparos das existentes, inclusive aquisição de material permanente para reposição e para novas escolas.

II - HABITAÇÃO POPULAR:

- a) Reduzir o déficit habitacional da população com renda de até 3 salários mínimos mediante a construção de moradias e lotes urbanizados, melhoria nas habitações e apoio ao uso de tecnologias habitacionais apropriadas;
- b) Implantar infra-estrutura e serviços públicos essenciais

+



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

## CÂMARA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS

nos conjuntos habitacionais;

- c) Implementar o programa de estímulo para auto-construção com fornecimento de material ou terreno.

### III - RECUPERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA URBANA:

- a) Dar seqüência as ações de recuperação de ruas e avenidas, promovendo quando oportuno, a sua pavimentação;
- b) Conservar e restaurar as estradas municipais;
- c) Início de obras que busquem assegurar a expansão urbana;
- d) Prosseguimento em regime prioritário, das obras em andamento.

### IV - OUTROS OBJETIVOS E METAS:

- a) Reequipamento da Câmara Municipal para agilização e modernização do processo legislativo;
- b) Manutenção, expansão e reequipamento dos serviços essenciais do Município, inclusive reordenamento da estrutura orgânica da Prefeitura;
- c) Implantar o sistema de processamento de dados no Município, visando a modernização e racionalização dos órgãos do Executivo;
- d) Estruturar o cadastro de imóveis do Município;
- e) Desenvolver e implementar programas permanentes de valorização e capacitação dos recursos humanos, de aumento da eficiência da máquina pública e de adequação dos serviços públicos às demandas da sociedade.

t



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS**

ANEXO II  
PRIORIDADES A SEREM OBSERVADAS NA ELABORAÇÃO  
DO ORÇAMENTO DE SEGURIDADE SOCIAL  
PARA O EXERCÍCIO DE 1997

I - SAÚDE E SANEAMENTO:

- a) Propiciar a população carente do Município, atendimento ambulatorial;
- b) Consolidar no Município o Sistema Único de Saúde;
- c) Proporcionar assistência farmacêutica básica a população de baixa renda;
- d) Aumentar através da cobertura vacinal, a imunização da população infantil contra sarampo, poliomielite e outras doenças transmissíveis;
- e) Colaborar para manutenção do sistema de saneamento básico do Município, com o propósito de estimular os hábitos de saúde e higiene;
- f) Construir e equipar Unidade de Saúde no Município.

II - ASSISTÊNCIA SOCIAL:

- a) Propiciar alternativas para minimizar as limitações apresentadas por pessoas portadoras de necessidades especiais;
- b) Equipar e aparelhar oficinas alternativas de iniciação e capacitação profissional;
- c) Promover oportunidade para o desenvolvimento de atividades ocupacionais produtivas e/ou de prestação de serviços para a população carente, minorando a questão de desemprego, gerando aumento de renda, através da implantação de centros de produção e comercialização de alimentos, bens e prestação de serviços;

1





ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS**

d) Implementar o atendimento da criança de 0 a 6 anos de idade.